



Anais da Assembleia

N.º 134

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 19 DE OUTUBRO DE 1976.

ANO II

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 202ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 19 DE OUTUBRO DE 1976

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Muggiati Filho, secretariada pelos Srs. Deputados Accioly Neto e Werner Wanderer.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Gnoato, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE — (Muggiati Filho) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — (Muggiati Filho.) Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 199/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 240/76, Mensagem 68/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de PALMITAL, objetivando execução de reparos em prédios onde funcionam CASAS ESCOLARES, do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade — Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 20, quarta-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 203/76.

Levanta-se a Sessão.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 203ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 19 DE OUTUBRO DE 1976.

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Ivo Thomazoni e Maurício Fruet.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Gnoato, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, regime de urgência e inclusão na Ordem do Dia, do Projeto de Lei número 110/76, Mensagem Governamental número 119/76, que fixa o soldo do Posto de Coronel da Polícia Militar do Estado e os vencimentos dos Cargos de Delegado de Polícia de 1.ª Classe e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 19 de outubro de 1976.

(a) IVO THOMAZONI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, solicita de V. Exa. após ouvido o Plenário, a consignação em Ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. DIMAS DE ABREU, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 19 de outubro de 1976.

(a) IVO THOMAZONI

JUSTIFICATIVA:

O Sr. DIMAS DE ABREU, falecido em lamentável acidente automobilístico em nossa Capital, foi cidadão dos mais devotados ao trabalho produtivo; serviu por longos anos à Prefeitura Municipal, da qual era funcionário aposentado. A sua morte consternou não só aos seus familiares, como a todos que o conheciam. Associamo-nos a essas inúmeras manifestações de pesar.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, solicita de V. Exa. após ouvido o Plenário, a consagração em Ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. FELÍCIO GEMZA, ocorrido na cidade de Pato Branco.

Sala das Sessões, em 19 de outubro de 1976.

(a) IVO THOMAZONI

JUSTIFICATIVA:

O Sr. FELÍCIO GEMZA, falecido na cidade de Pato Branco, era pai do nosso candidato a Vereador naquele Município, Sr. Adular Gemza. Prestante cidadão, muito contribuiu para o desenvolvimento e progresso da comunidade, deixando desolados os seus familiares e incontáveis amigos. Justo que nos associemos às manifestações de pesar pelo seu desaparecimento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer seja inserido em Ata, após ouvido o Plenário, voto de congratulações ao Ministro de Educação e Cultura, Ney Aminthas de Barros Braga, ao Secretário de Estado da Educação do Paraná, Prof. Francisco Borsari Neto, ao digníssimo Reitor da Universidade de Ponta Grossa, Prof. Odeni Villaca Mongruel, aos Prefeitos da Micro-Região de Campos Gerais e aos ilustres Deputados, membros desta Casa, David Federmann e Aguinaldo Pereira Lima, pela colaboração eficiente e vitoriosa para a criação do curso de Engenharia Agrônoma na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Requer sejam científicas as referidas autoridades na forma regimental.

Sala das Sessões, em 19 de outubro de 1976.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, observadas as disposições regimentais, requer o envio de expediente ao DETRAN, pleiteando a designação de Despachante de Trânsito para atender o município de Loanda.

Sala das Sessões, em 19 de outubro de 1976.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

JUSTIFICATIVA:

Em virtude do conhecido desenvolvimento sócio-econômico e do crescimento demográfico que se registra no município de Loanda, cresce extraordinariamente o número de veículos auto-motores.

No entanto, apenas dois despachantes de trânsito atendem o setor, o que lhes causa sobrecarga de atividades.

Pelo número crescente de emplacamentos naquele município verificado, ultrapassando já a casa dos três mil, é mister que providências sejam tomadas no sentido de designar um terceiro despachante para preenchimento da cava existente, o que é previsto por Lei devidamente regulamentada.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, na forma regimental e após ouvir o duto plenário, requer seja oficiado ao Exmo. Sr. Ministro da Previdência Social, para que determine, com a máxima urgência, a instalação de um posto do INPS nas sedes dos municípios de Iporã e Francisco Alves.

Os referidos Municípios são atendidos em Umuarama, e pelo aumento da população naquela região, torna-se humanamente impossível seu atendimento.

Esperamos que o senso de responsabilidade e humanidade de V. Exa. reconheça a verdadeira necessidade.

Sala das Sessões, em 19 de outubro de 1976.

(a) ERNESTO GNOATO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o duto Plenário, desta Casa, seja encaminhado ofício ao Exmo. Sr. Doutor GASTÃO DE BREU PIRES, DD. Secretário de Estado dos Recursos Humanos, solicitando seja mandado publicar em Diário Oficial o PARECER número 1328/76, a fim de que sejam esclarecidas definitivamente as dúvidas que pairam sobre a maneira correta de se interpretar o novo texto dado ao artigo 181, do Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado, que concedeu extraordinários e outras vantagens nos afastamentos.

Sala das Sessões, em 19 de outubro de 1976.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

Em razão de dúvidas surgidas quanto à correta interpretação do novo texto dado ao artigo 181, do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado, que concedeu extraordinários e outras vantagens nos afastamentos, este Deputado, juntamente com o Deputado Ivo Thomazoni, solicitou à Secretaria dos Recursos Humanos, fosse expedido Parecer Normativo, no sentido de orientar os órgãos responsáveis pela aplicação desse dispositivo legal.

Há poucas semanas, veio a resposta da mencionada Secretaria, acompanhada de cópia do Parecer número 1328, datado de 13.08.76, que esclarece definitivamente essas dúvidas.

Todavia, até o presente momento, esse Parecer não foi publicado no Diário Oficial do Estado, deixando de chegar ao conhecimento dos órgãos de pessoal não afetos àquela Secretaria.

A publicação desse ato é necessária, pois, virá complementar, de maneira eficaz, o próprio texto dado ao mencionado dispositivo legal.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Valter Pietrângelo.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho à tribuna apenas para fazer a leitura de um requerimento que estamos propondo na sessão de hoje. (Lê):

“Senhor Presidente.

Na forma regimental, Sr. Presidente, o Deputado que o presente subscreve requer, após a aprovação do Plenário, que seja inserido nos Anais desta Casa, VOTO DE REGOZIJO ao Sr. ALZIRO ZARUR, manifestando a satisfação da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná pela magnífica conquista alcançada pelo nobilíssimo Fundador e Presidente da benemérita LEGIÃO DA BOA VONTADE. Trata-se do recorde mundial na área da comunicação no setor da radiofonia, havendo o Sr. ALZIRO ZARUR somado neste ano 33.000 (trinta e três mil) audições do programa “ALZIRO ZARUR” ininterruptamente.

Realmente, Sr. Presidente, não poderia este Poder ficar ausente nesta festividade nacional que se realiza por todo o Brasil para reverenciar o Grande Homem e Apóstolo do Bem Alziro Zarur, por essa inédita marca. Nesse perfilar de homenagens já compareceu até a área Ministerial Brasileira, retratando a altíssima representatividade para nossa Pátria e a conquista da “Medalha de Ouro para o Brasil nas Olimpíadas da Comunicação”. como afirma o conceituado jornal “Última Hora”, do Rio

de Janeiro, em sua edição do dia onze de agosto do corrente ano

Zarur marca 33 mil programas de rádio nos céus do Brasil. Trinta e três mil audições do programa Alziro. Zarur com a mensagem pura e cristalina do maior de todos os educadores dos povos: JESUS CRISTO, o Supremo Fundador e Governante deste planeta. Praticamente impossível será para outra criatura superar essa marca. Porém, é conclusivamente impossível traduzir o valor transcendental do programa Alziro Zarur para o aprimoramento social brasileiro. E aqui, Senhor Presidente, Senhores Deputados, cabe um alerta: aos partidos políticos em seus programas de Governo: consertar, desenvolver, evoluir, salvar, é combater causas e não efeitos; e a evolução social do homem reside essencialmente em sua educação espiritual, interior. Liberto da ignorância ilusória da vida efêmera, com a consciência livre dos maus costumes e dos hábitos escravizantes, a criatura humana encontra em si mesma a paz e a alegria de viver e, das profundezas de sua alma renasce o entusiasmo e as forças necessárias para a luta cotidiana e mais feliz.

As 33 mil audições do programa Alziro Zarur, Sr. Presidente, representou finalmente um manancial indescritível de alimento eterno para os milhares de irmãos nossos que tiveram o privilégio de se reeducarem com os ensinamentos sublimes do cadidão Alziro Zarur, "o amigo do povo". Dessa fonte de bem aventuranças para a Família Brasileira, resplandece uma idéia poderosa, cujo tempo chegou: A UNIFICAÇÃO DE TODOS OS BRASILEIROS RESPONSÁVEIS, independentemente de sua cor partidária, credo, raça e de outros motivos separatistas, em torno dos princípios fundamentais da manifestação Divina; poderá evitar que o Brasil seja arrastado no turbilhão voraz da hecatombe destruidora deste fim de ciclo.

Para o amigo Alziro Zarur, a gratidão e o entusiasmo do Paraná pela magnitude de sua conquista.

Requeiro finalmente, que o homenageado seja comunicado e receba o solicitado expediente contendo "in totum" as justificativas epigrafadas.

Sala das Sessões, em 19 de outubro de 1976".

Senhor Presidente, finalizando quero ler da "Última Hora", que traz a fotografia do Ministro do Trabalho, Arnaldo Pietro, entre outras coisas, o seguinte: "Queremos cumprimentar Alziro Zarur que já completou dez mil audições no Rio de Janeiro e trinta e três mil no Brasil nos seus cinquenta anos de atividade profissional no campo do jornalismo brasileiro".

Além desta mensagem, o jornal "Última Hora" traz outras de pessoas importantes e de autoridades.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, segundo orador inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Na última semana nesta Casa, desenvolveu-se uma ou duas sessões das mais concorridas do atual Período Legislativo.

Numa das vezes em que era discutido o Estatuto do Magistério, chegamos a esta Casa com atraso em razão de compromissos inadiáveis. O ilustre Deputado José Domingos Scarpelini, apesar da melhor das boas vontades, aqui não compareceu para a segunda discussão, porém aqui esteve por ocasião da terceira discussão.

Através da Nota Oficial do Sr. Presidente desta Assembleia, Deputado Paulo Camargo, em nome de todos os Srs. Deputados, foi dada a demonstração, a bem do Paraná e da classe política desta Casa, que existe uma grande fraternidade entre as bancadas da ARENA e do MDB.

Vimos que pessoas que ensinam os outros no sentido de que não se deve julgar os atos de ninguém, se fizeram juízes sem ter competência para tal.

O Presidente da Associação dos Professores de nossa cidade, o ilustre Professor João Lubzik, já havia nos adiantado a orientação que havia sido dada pelos atuais coordenadores dos professores. Eles se dizem representantes da classe, mas, no entanto, são pessoas que ensinam aos outros, porém não aplicam aquilo que ensinam. Isto que acabamos de dizer foi demonstrado através da Nota Oficial publicada no jornal e assinada por eles.

Não estamos aqui respondendo a pessoas que, no nosso entender, não merecem uma resposta; não respondemos a pessoas que não representam nenhuma classe, e que não têm a formação, a cultura e a moral de que é formada a classe dos professores do Estado, que nós sabemos eis que convivemos com esta laboriosa classe, acreditamos que aquilo foi forjado por pessoas despreparadas e, principalmente, pessoas inatingíveis em sentimentos.

E nós que possuímos sentimentos cristãos, queríamos deixar ao cargo Daquele que realmente sabe julgar, Aquele Ser que é muito superior a nós e aos nossos atos, para que Ele seja o Juiz, como o será de todos nós, das nossas ausências, minha, particular e temporariamente, por eu ter chegado atrasado, e do Deputado José Domingos Scarpelini, por não ter comparecido na segunda discussão.

Eu devolvo, em silêncio àquela pseudo-liderança, o mesmo teor, o mesmo conteúdo dado pela Nota Oficial da Presidência desta Casa.

Mas, o que nos traz, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a esta tribuna, é com referência a uma das maiores batalhas vencidas em termos administrativos políticos, uma das maiores vencidas pelo Paraná, batalha vencida pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, pelas suas classes representativas, pelas Cooperativas, qual seja, o sancionamento do Curso de Engenharia Agrônômica, na Universidade Estadual de nossa cidade.

Estou entrando nesta tarde, Sr. Presidente, Srs. Deputados com voto de congratulações e reconhecimento público às mais altas autoridades relacionadas à educação deste Estado, que deram uma mostra de que, num sentido de comunidade, todos os benefícios a serem alcançados, são eles atendidos pelo Governo.

E não poderíamos, de maneira nenhuma, Srs. Deputados, deixar de reconhecer a participação dos ilustres Deputados David Federmann, Aguinaldo Pereira Lima, pela colaboração eficiente e vitoriosa bem como da pessoa do Sr. Ministro Ney Braga, do Sr. Governador deste Estado, da pessoa do Sr. Reitor da nossa Universidade, enfim, daqueles que, de uma forma ou de outra, possibilitaram a Ponta Grossa a criação deste curso.

Nós temos, no dia de hoje, alguns senões com a administração pública do nosso município, mas quando o assunto se refere a coisa mais alta do que política, qual seja, a educação, nós esquecemos os serrões e somamos com esta representação ilustre, como também com todos os Srs. Prefeitos da Região dos Campos Gerais, que estão agora, através deste voto de congratulações, dando o seu referendo, o seu reconhecimento às autoridades constituídas na área educacional desta Nação e deste Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel, terceiro orador inscrito para o Pequeno Expediente.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Satisfeitos ficamos, quando vemos um moço ilustre, do gabarito do Deputado Luiz Carlos Zuk, reconhecer os méritos dos nossos homens da Arena.

Quando olhamos, vemos e sentimos a pulsação de gente como o Ministro Ney Braga, de homens como os Deputados citados pelo ilustre Deputado Luiz Carlos Zuk.

Então, temos a satisfação de continuar lutando por este Partido, que também luta pelo povo de sua Terra. Vemos Luiz Carlos Zuk, num despreendimento, fazendo um elogio merecido ao Ministro Ney Braga, quando trabalha pelo povo dos Campos Gerais. Ao Luiz Carlos Zuk, ao povo de Ponta Grossa, e a toda a bancada do MDB, os nossos reconhecimentos, e também os nossos reconhecimentos ao ilustre Governador Jayme Canet Junior, quando, à inauguração da estrada Parigot de Souza, vemos um Governo liderado por Jayme Canet, toda sua equipe de trabalho, com S. Exa. o Sr. Secretário de Transportes, Dr. Osiris Stenghel Guimarães, sendo carregados pelo povo, em reconhecimento ao trabalho justo e honesto. Ao inaugurarem a pista asfáltica nas terras íngremes do Norte Pioneiro, então vimos que chegou a redenção.

Então vimos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ilustre Mesa Diretiva, que a Arena é uma realidade, que a Arena é uma realidade palpável.

Quando sentimos um moço desse gabarito elogiar os homens da Arena, nós nos sentimos com mais impulso e mais dinamismo para lutarmos em prol do nosso Partido, para que o ilustre Ministro Ney Braga continue sob a égide paranaense, a favorecer todo o Brasil; para que a Arena continue favorecendo a tranquilidade e a paz, e principalmente o trabalho honesto.

Queríamos dizer ao povo que, apesar das chuvas torrenciais que caíram em nossa região, como maná que caía no tempo das Escrituras Sagradas, vimos Jayme Canet Junior em mangas de camisa, ao lado de Osiris Stenghel Guimarães. Vimos no rosto estampado daquelas criancinhas da minha terra, do Norte Pioneiro, a expressão de quem dizia: "Muito obrigado, S. Exa. Sr. Governador. Estais aplicando o dinheiro do povo, em benefício do mesmo povo".

Veremos, oportunamente, asfaltada também como disse o Sr. Governador, a estrada de Wenceslau Bráz a Ibaiti e Telêmaco Borba.

Quando vimos Ibaiti ligada a Congoinhas e Cornélio Procopio e por toda Londrina, e por todo o "interland" do Norte Pioneiro; quando vimos a minha terra Joaquim Távora que há de ser interligada por asfalto a São Paulo e Carlópolis e Paço dos Andes; quando vemos Cambará e Jacarezinho no término do asfalto; quando vemos Jacarezinho, Ribeirão Claro também terminando o asfalto; quando apelamos para S. Exa. o Sr. Governador e a S. Exa. o ilustre Secretário de Transportes para pedir a estrada de Jaguariaíva, Cerro Azul e Porto de Antonina, então vemos a realidade, vemos a Arena trabalhando, trazendo a paz, a paz arenista e, principalmente, o trabalho em prol de nossa gente e é por isso que ficamos eufóricos quando vimos o ilustre Deputado da bancada do Movimento Democrático Brasileiro em preito de reconhecimento, elogiar a dois Deputados arenistas e ao Ministro, o nosso Ministro Ney Braga, queremos nos parabenizar com Ponta Grossa, porque Ponta Grossa tem um moço honrado como David Federmann; tem um moço honrado, ilustre, como o Deputado Luiz Carlos Zuk, que está nesta Assembléia a fazer um preito de reconhecimento ao ilustre homem arenista paranaense, ao ex-Prefeito, ao ex-Deputado Federal, ao ex-Governador do Estado, o atual Ministro dos Negócios da Educação e Cultura no Brasil.

Muito obrigado, povo do Paraná.

Muito obrigado, povo do Norte Pioneiro.

Muito obrigado, Governador Jayme Canet Júnior.

Muito obrigado, ilustre Deputado do Movimento Democrático Brasileiro, pelo seu reconhecimento que os homens da Arena trabalham, que os homens da Arena não querem outra coisa senão o progresso e bem estar de nossa gente.

Muito obrigado, Sr. Presidente — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Dácio Leonel, inscrito.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ouvi o pronunciamento do ilustre Deputado Luiz Carlos Zuk, com referência à Nota Oficial que entendo não seja dos professores que integram a APP e APLP, porque já dialoguei com muitos dos professores e entendi que eles também se mostraram insatisfeitos e surpreendidos com o pronunciamento feito através da Nota Oficial pelos presidentes dessas entidades.

Entendo que, na verdade, tais presidentes representam, nessa nota, mais a sua própria leviandade. Agindo como agiram, deram uma prova que estão colocados em cargos para os quais não estão, devidamente, habilitados.

Como educadores, deram provas de muito pouca educação para se transformarem, na verdade, em autênticos agitadores, a ponto de quase comprometerem a classe que representam.

Extrapolaram suas funções, foram infelizes e acabaram se transformando em péssimos moleques de recados. Daí porque, acredito que no silêncio preconizado pelo companheiro Luiz Carlos Zuk, esteja, efetivamente, a melhor resposta que se possa dar, pois entendo que a agressão que venha de fora a qualquer dos membros desta Casa Legislativa, ela atinge a toda a sua composição.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, venho à tribuna porque na minha cidade de Londrina estamos vivendo momentos de terrível expectativa em função, ainda, de uma medida que está para ser tomada pelo Sr. Prefeito Municipal José Richa, através da tão comentada concessão das linhas de ônibus. Assim é que se sucedem os mais diferentes artigos a respeito deste problema, porque a cidade espera ansiosa a posição que venha a tomar o Sr. Prefeito para não trazer um prejuízo gritante à comunidade.

Ainda na edição de hoje da "Folha de Londrina", um respeitável advogado daquela cidade, Moisés de Godoy, traz numa sessão livre, o seguinte artigo:

"Todos acompanham com apreensão a atitude do Sr. Prefeito ao pretender colocar em execução, nesta fase final de governo e em época de campanha eleitoral — quando as atenções estão concentradas no problema sucessório — a lei que trata da concessão dos serviços de transporte coletivo urbano em nossa cidade.

A concorrência está marcada para o dia 25 próximo, e tudo indica que a concessão será dada, por período de até 20 anos, à mesma empresa que vem explorando o serviço, em regime de permissão.

Comenta-se que a vencedora deverá ser mesmo a Viação Urbana Londrinense — VUL. Nada pretendemos dizer sobre esta e não se pode até deixar de reconhecer que ela está no seu papel, quando insiste na concessão, para acabar, de vez com o regime de permissão em que se encontra há tanto tempo, o qual é de natureza absolutamente precária, e sujeita ao inteiro arbítrio do Poder Público.

Quem julga a empresa é o povo — que se utiliza diretamente de seus serviços — e todos temos, inclusive, estranhado como o epílogo do assunto se acha carregado de coincidências, de como a aludida permissionária está tão à vontade na administração atual, tão solidária às inclinações do Sr. Prefeito, a ponto de ter-lhe cedido o local onde antes funcionava, no qual está instalado o Comitê Central do candidato que recebe de seu governo, total e exclusivo apoio.

E daí pairar uma conclusão que afeta a seriedade da concorrência, e essa conclusão não é isolada. Pelo Contrário. Vem encorpando, ganhando foros de generalidade e, de todas as camadas sociais, têm surgido discordância e restrição ao modo pelo qual se conduz o assunto e se teima levá-lo avante, em momento de absoluta inconveniência.

Essa inconveniência marcante e, voltada para matéria de tamanha relevância, coloca o Sr. Prefeito em posição ambígua, não só por ter aceitado pacificamente o projeto que partiu da Arena, como por estar fazendo questão fechada em torno de sua

efetivação. O problema dos transportes coletivos é sério e não pode receber tratamento que se lhe dispensa e nesta altura nada convencem, a título de esclarecimento, as palavras do Sr. Prefeito sobre o caso, apenas explica uma legalidade do mesmo e em nada altera o colorido que o tema já adquiriu no consenso de toda a opinião e no final do seu artigo, completa Moisés Gogoy: "Lembro uma judiciosa observação. Outrora os negócios obedeciam às leis dos homens, hoje, os homens obedecem à lei dos negócios".

Era mais este registro que farei desta tribuna, Sr. Presidente, para que no futuro possamos cobrar, se desastrosamente o Sr. Prefeito José Richa não mudar sua opinião e seu comportamento com referência a esta concorrência que vai permitir à Viação Urbana Londrinense ficar com 10 e mais 10 anos dominando o serviço de transportes urbanos do município de Londrina, para que, no final dos 20 anos, o município, segundo a lei tenha ainda a obrigação de indenizar a empresa de ônibus de carcaças, inclusive do próprio local e ponto de trabalho desta empresa. É um fato lamentável e que vem criando grande polêmica em nosso município e por isto mesmo é que temos insistido para que nesta Casa se registre o crime que está para ser perpetrado contra o município e contra os interesses do povo londrinense. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Valter Pietrângelo, inscrito.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós abordamos recentemente numa das sessões, o problema relacionado com o transporte coletivo, tendo como análise a concorrência que estabeleceu a linha Ivaiporã-Curitiba.

Hoje, Sr. Presidente, em razão da decisão que temos de contribuir de alguma forma, pela melhoria destes serviços, em nosso Estado, nós vamos abordar um assunto envolvendo a linha Campo Mourão São Paulo, cujos subsídios chegaram às nossas mãos e que passaremos a apresentar. Primeiramente, Sr. Presidente, eu vou ler um trecho numa reportagem do Jornal "Tribuna do Interior", da cidade de Campo Mourão, do dia 01 de agosto de 1976.

É um artigo bastante longo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, mas eu pretendo ler apenas alguns trechos. Diz a reportagem (Lê):

"No princípio desta semana uma informação chamou a atenção de nossa reportagem: a linha Campo Mourão - São Paulo, inaugurada no dia 5 de julho pela Viação Garcia, foi concedida àquela pelo DNER sem a devida e habitual concorrência entre duas ou mais congêneres. Segundo consta, Sr. Presidente, cerca de 10 ou mais empresas de transportes coletivos teriam o direito de participar da concorrência. Todavia, esta linha foi concedida a uma só empresa independentemente de concorrência. Mesmo tratando-se de uma cobertura nova. Segundo as informações, é de que a linha foi concedida com base no artigo 13, item quarto, letra B, do regulamento dos serviços rodoviários interestaduais e internacionais, de transporte coletivo de passageiros, cujo artigo enfoca em sua letra B do item quarto, o seguinte:

"Independente de concorrência prolongamento de linha pela transferência de um de seus terminais, desde que venha sendo explorada pelo menos há dois anos e o local do novo terminal não reunindo condições de mercado de transporte auto-suficiente, constitua, todavia, fonte secundária do sistema da linha a ser prolongada e se encontre dentro da área de influência do terminal, dele não distanciando mais de 20 por cento da extensão, do itinerário original".

Bem, Sr. Presidente, a reportagem pois, evidentemente contesta, a validade deste artigo 12, item quarto letra B, do Regulamento com uma série de informações, patenteando a forma ilegal que o DNER processou autorização para que a Viação Garcia explorasse mais essa linha.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, aduzindo ao nosso pronunciamento uma série de informações que nós passaremos agora a examiná-las, que foram colhidas pelo Sr. Luiz Gonzaga de Oliveira, que inclusive é candidato a Prefeito pelo MDB, um dos candidatos pelo MDB à Prefeitura Municipal de Campo Mourão, se interessou pelo problema, porque efetivamente uma empresa de sua cidade está sendo espoliada, que é o Expresso Nordeste.

E aqui temos, em nossas mãos, as seguintes informações que passaremos a ler, na íntegra:

(Lê): "Segundo o regulamento do DNER, aprovado pelo Decreto número 68.961, de 20 de julho de 1971, e alterado pelo Decreto 71.984, de 23 de março de 1973, Regulamento dos Serviços Rodoviários Interestaduais e Internacionais, de Transportes Coletivos de passageiros.

Artigo oitavo — A concessão dos serviços far-se-á mediante concorrência e sob contrato firmado com o vencedor ou os vencedores da licitação.

Artigo nono — A concorrência será realizada decorrido o prazo mínimo de sessenta dias, contados da publicação do resultado da publicação do edital respectivo, no Diário Oficial da União, e em jornais editados nas Comunidades, terminais de linha, da ligação objetivada ou na falta desses, nos das capitais dos Estados a serem interligados, com a indicação de onde os interessados poderão obter o texto integral e as informações necessárias.

Aí então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, todas as linhas novas foram colocadas em licitação. Como exemplo, podemos citar as mais recentes: Brasília - Montes Claros (MG); Santo Ângelo, (RS) a São Paulo, Capital; Cuiabá (MT) a Belo Horizonte; Londrina (PR) a Porto Alegre (RS); Campo Grande a Londrina; Francisco Beltrão, no nosso Estado, a São Paulo, Capital; Rio de Janeiro a Foz do Iguaçu e outras, desde que a linha a ser implantada de início, reúna mercado de passageiros para mais de um horário, é norma do DNER, que a concessão seja dada a mais de uma empresa (mediante concorrência entre todas as que tiverem interesse na nova linha).

Desde que a linha nova a ser implantada, de início reúna mercado auto-suficiente de passageiros para um só horário diariamente, é colocada em concorrência para todas as interessadas escolhendo-se uma só empresa.

Como por exemplo, podemos citar as concorrências das linhas mencionadas, em que, para as que visavam um horário de ônibus diariamente, foram colocadas em licitação, escolhendo-se uma EMPRESA . . . e, as que foram colocadas para mais horários (02) foram escolhidas mais de uma empresa e que consta antecipadamente no Edital de cada uma.

LINHA INTERESTADUAL "CAMPO MOURÃO - SÃO PAULO" (competência do DNER).

No dia 05 de julho do corrente ano, a Viação Garcia Ltda, iniciou a exploração da linha de ônibus ligando Campo Mourão a São Paulo, e para surpresa geral, a linha não havia sido colocada em concorrência pública.

Iniciou com dois horários, diariamente, sendo quem apesar de quase não haver divulgação, já no primeiro dia embarcaram 64 passageiros com destino a São Paulo, e nos dias seguintes, lotaram todos os horários, inclusive sendo necessário CARROS EXTRAS QUASE DIARIAMENTE.

A concessão foi dada pelo DNER, mas, para tal, não existe nenhum amparo legal.

O que se presume, é que como PRETEXTO, tenham se baseado no artigo 12, item IV, letra B do Regulamento, que faculta:

Artigo 12 — Independente de Concorrência Pública:

Item IV — As seguintes modificações nos serviços:

Letra B — Prolongamento de linha pela transferência de um dos seus terminais desde que venha sendo executado (explorada) pelo menos, há 2 (dois) anos e o local do novo terminal,

não reunindo condições de mercado de transporte auto-suficiente, constitua, todavia, fonte secundária do sistema da linha a ser prolongada e se encontre dentro da área de influência do terminal, dela não distando mais de 20 por cento da extensão do itinerário original.

Para constituir a linha CAMPO MOURÃO-SÃO PAULO, foram prolongados dois horários de MARINGÁ-SÃO PAULO. VEJAMOS SE ENQUADRA NO CITADO ARTIGO:

1) Campo Mourão constitui fonte secundária do mercado de linha prolongada?

Resposta: Não . . . Maringá não necessita de fonte secundária para manter horários de ônibus para São Paulo. Possui mercado de passageiros "SUPER" auto-suficiente. Não depende de passageiros de outras cidades para que os diversos horários existentes sejam mantidos.

2) Campo Mourão não reúne mercado auto-suficiente para a linha Campo Mourão - São Paulo?

Resposta: Toda e qualquer alusão que se queira fazer nesse sentido é inverossímil, para não dizer o termo exato: MENTIROSA, pois o próprio DNER ao conceder a linha para a Viação Garcia Ltda, considerou Campo Mourão como possuidor de mercado auto-suficiente, tanto que, de início, concedeu dois horários diariamente. E já no primeiro dia, quase sem divulgação alguma, os dois horários saíram lotados de passageiros. E, do segundo dia em diante, foram necessários carros extras.

Decorridos alguns dias, o DNER concedeu outro horário, totalizando então três (03) horários por dia.

Não somente isso, a própria Viação Garcia Ltda., já está anunciando aos passageiros, que ainda este mês vai implantar novos horários com carros leito, na linha Campo Mourão a São Paulo. . .

Quantos horários, então? Três já existem, e mais os carros leitos, somarão 4 ou 5 horários diariamente.

Se comportasse um só horário por dia, com mercado auto-suficiente, já teria que colocar a linha em licitação (Concorrência Pública) Com mercado comprovadamente auto-suficiente para até 5 ou mais horários, campo Mourão é não é auto-suficiente?

Outro item do artigo, Sr. Presidente: Campo Mourão é área de influência de Maringá?

Resposta - Tão inverossímil a afirmação de que Campo Mourão não tem mercado auto-suficiente de passageiros para a linha, quanto essa de que Campo Mourão constitui área de influência de Maringá. Senão vejamos . . .

a) Campo Mourão foi designado "Município Modelo do Paraná";

b) É um dos municípios mais ricos do Estado;

c) É sede de micro-região, congregando mais de 20 outros municípios, sendo o Centro Comercial destes;

d) É o maior entroncamento rodoviário do Sul do País;

e) O último censo já apontava Campo Mourão com população superior a 130.000 (cento e trinta mil) habitantes;

f) Campo Mourão só depende de Curitiba, por ser a Capital do Estado, e de São Paulo, por ser o centro industrial do Brasil. Dependência essa que os demais municípios têm também;

g) Não se faz necessário dizer outras coisas mais, basta dizer que o movimento de ônibus na Rodoviária Municipal de Campo Mourão é de aproximadamente 200 (duzentos) diariamente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, não há como invocar o citado artigo do Regulamento, para a concessão da linha e, os demais artigos e o que mais consta do Regulamento também em nada se aplica para tal caso. Indiscutivelmente, ela deveria ser colocada em Concorrência Pública, e mais de dez empresas teriam condições de concorrer.

O fato é que o DNER não tem explicação. Sabe-se através do "Jornal de Campo Mourão" que a Associação Comercial daquela cidade, enviou expediente aos Deputados Norton e

Hermes Macedo, pedindo para intercederem junto ao DNER, a fim de que reconsiderasse a atitude tomada, colocando a linha em Concorrência Pública, escolhendo mais de uma empresa, o que além de dar opção ao passageiro, avivaria o espírito competitivo entre as empresas que iriam explorar a linha, resultando em benefício ao próprio passageiro. Também sanaria outra injustiça, a de não dar oportunidade a outras empresas, e especialmente, ao Expresso Nordeste Ltda., empresa genuinamente Mourãoense.

Todavia, ao que parece, o DNER não tem explicações para nada, tanto que, até o momento, nada respondeu aos referidos Deputados, simplesmente numa atitude de descaso total, omitiu-se a quaisquer respostas.

Em suma, Sr. Presidente, Srs. Deputados, qual o jeitinho que o DNER deu, para conceder a linha para a Viação Garcia Ltda., nem o próprio DNER sabe explicar, e, quem perde com isso é o passageiro, pois é sabido que em todas as linhas que a Viação Garcia explora, sem concorrência, com outras empresas, o passageiro é mau atendido, e servido com carros, na maioria das vezes, em péssimas condições.

É o caso característico, das linhas com destino a São Paulo, partindo de Paranavaí, Maringá, Londrina, Apucarana, Arapongas e outras mais, inclusive linhas com destino a Curitiba, que a Viação Garcia explora absoluta, e que o passageiro tem sido atendido em péssimas condições.

Já nas linhas em que a Viação Garcia explora juntamente com outras empresas, o atendimento é melhor, mais condizente; é o caso das linhas que a Viação Garcia faz de Umuarama a Campo Mourão a Curitiba.

Será, Sr. Presidente, que as linhas do interior do Paraná, notadamente desta região, com destino a São Paulo, é monopólio da Viação Garcia?

Isso não consta do Regulamento do DNER, mas acham "jeito" para tudo, em detrimento ao próprio passageiro, eterno sacrificado e, em flagrante desrespeito às leis vigentes".

É o que diz aqui, Sr. Presidente, o empresário, o agricultor, o cidadão Luiz Gonzaga de Oliveira, de Campo Mourão, e que afirma também o jornal "Tribuna do Interior", da mesma cidade, que está aqui em nossas mãos, Com prazer eu concedo o aparte ao nobre Deputado Alfredo Gulin.

O Sr. Alfredo Gulin - Nobre Deputado, eu quero dar conhecimento a V. Exa. e à Casa, de que o DNER quando pretende implantar uma linha de ônibus, ela abre a concorrência para que as empresas se qualifiquem. E estabelece na concorrência, o sistema de exploração; as condições que devem ser obedecidas na exploração da linha.

Após, a qualificação das empresas, podem ser tantas quantas quiserem concorrer, para prestar os serviços. É feito um sorteio entre as empresas qualificadas, aquela que cair no sorteio e, que já foi qualificada, conseqüentemente, tem condições de explorar a linha, é que recebe a exploração.

O sorteio, realmente, é um sorteio. Eles colocam o nome da empresa dentro de um conteúdo qualquer, e chamam uma secretária ou uma funcionária do DNER mesmo, e ela apanha um nome de lá, e aquela é sorteada, e tem condições de prestar os serviços.

E os empresários estão qualificados, todos estão presentes na hora do sorteio. Então, quanto ao estabelecimento de uma ou duas empresas, de acordo com o volume de passageiros, feito através de levantamento de estatísticas, é que o DNER chega à conclusão que deve concorrer uma empresa ou mais de uma empresa.

E vou dizer uma coisa a V. Exa., é muito bom o sistema, porque, anteriormente a esse sistema, eu tive oportunidade realmente de, reclamar no DNER aqui e no Rio de Janeiro, quando a Capital do País estava lá. E o critério anterior era o seguinte: havia o sistema de contagem de pontos. Por exemplo: uma linha

a ser explorada de São Paulo ao interior do Paraná: A empresa que percorresse com outras linhas a maior parte do percurso é que teria a maior contagem de pontos.

Tive oportunidade e muitos outros empresários do Paraná também, de reclamar e de protestar contra esse sistema do DNER.

O que vinha acontecendo é que três ou quatro empresas recebiam todas as linhas de transporte coletivo do interior do Estado. As empresas inter-municipais, dentro do Estado, é que, normalmente, iniciavam suas linhas penetrando no interior do Paraná, em regiões sem pavimentação, com estradas ruins, sofrendo horivelmente e acabando com suas frotas. À medida que vinha a pavimentação e o revestimento, à medida que as localidades cresciam e se transformavam em municípios, e os municípios se transformavam em grandes cidades, vinha o asfalto e se implantava uma linha inter-estadual. Quem é que saía ganhando com isso? Somente as empresas inter-estaduais. As empresas municipais, que faziam o transporte coletivo dentro do Estado, não tinham oportunidade nunca, de se tornarem inter-estaduais. Com o atual sistema do sorteio, já muitas empresas que somente eram inter-municipais, tornaram-se inter-estaduais. O sistema é bom e acho que foi uma solução excelente.

Com relação à parte que V. Exa. se referiu de que a Empresa Garcia havia recebido a linha Campo Mourão, até estranhei porque não tive conhecimento da implantação dessa linha, mas tive o conhecimento da implantação de muitas outras. Deve no meu entender, ter ocorrido este fato.

Com respeito à implantação de um horário, tenho certeza que o levantamento estatístico apontava a necessidade disto. A questão de haver sido aumentado o número de horários, à proporção que se fazia necessário para atendimento do usuário, acho muito bom.

Concordo com a sua reclamação de outro dia, no que diz respeito ao passageiro procurar passagem para viajar e não encontrá-la. Agora, quanto à empresa ir aumentando o número de horários para dar atendimento ao povo, acho excelente. De acordo com o Regulamento Inter-Municipal, enquanto a empresa atende bem o povo ela tem preferência para aumentar o número de horários, mas se a empresa não atende bem o povo o DER dá trinta dias para ela colocar mais horários. Se a empresa não colocar mais horários o DER poderá providenciar outra empresa para servir o povo, porque o povo é que está em primeiro lugar. As empresas têm direitos, mas para gozarem destes direitos elas têm obrigação de atender o povo a contento.

Há uma outra coisa que desejo dizer a V. Exa. O transporte coletivo é um sistema de negócio diferente dos demais. É necessário que o Poder Público, que o DER façam um levantamento e que conheçam bem a demanda de passageiros, porque o ônibus é diferente dos outros negócios. Quando à tarde o ônibus fez todas as despesas, e se não levar passageiros dentro daquele critério adotado na concessão das tarifas, que, em média, deverá ter um aproveitamento de 75 por cento no fim do dia, terá prejuízo. Se o prejuízo perdurar o caso é muito sério, porque o ônibus é material rodante, a depreciação é violenta e a renovação tem que ser constante. Se a empresa não arrecada para atender isto, o serviço só tende a perecer.

Tem mais uma coisa que quero dizer a V. Exa. que é grave. Existem, realmente, linhas deficitárias no Paraná. Esta semana, eu tive oportunidade de conhecer uma linha que foi implantada há pouco tempo, a linha do Expresso de Maringá, uma linha de Foz do Iguaçu ao Rio de Janeiro.

E procurei saber se eles realmente tinham rentabilidade, porque, no meu modo de analisar o negócio, eu entendia que eles não deviam ter rentabilidade. Para manter um horário, por dia, eles ocupam nove ônibus e o aproveitamento deles é baixo.

Esta linha é deficitária.

Agora, o Senhor veja a gravidade desta linha ser deficitária para o Brasil, como acontece ao nosso País.

Nós dependemos de importar o petróleo para o consumo interno, porque infelizmente, ainda não temos produção suficiente .. Então, se nós prestarmos um serviço que seja deficitário para a empresa, ainda que o serviço seja bom, porque, claro, o DNER, exige uma frota de carros novos para se implantar uma linha, e os serviços que eles prestam é bom. Mas se na realidade.....

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo). A Mesa comunica ao nobre orador que seu tempo está esgotado e lhe concede mais dois minutos para a conclusão de sua oração.

O Sr. Alfredo Gulin — Eu só quero terminar. Se, na realidade, a empresa trabalhar com prejuízos, e nós nos dermos ao luxo de ficar quimando petróleo que custa divisas para o nosso País, eu acho que este também é um problema muito sério. O problema do transporte coletivo é muito complexo, eu darei um discurso aqui, nesta Casa.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Nós teremos tempo e condições de debater este assunto, que V. Exa. deve entender da matéria, porque é proprietário de empresas de transportes objetivos.

Mas, concluindo, Sr. Presidente, eu quero dizer ao Deputado Alfredo Gulin, que, longe de mim duvidar da honrabilidade do DNER.

Absolutamente, eu traduzi aqui, informações que me chegaram através da imprensa, e de pessoas conceituadas de Campo Mourão.

Por isto, é que este Deputado já irá formular ao Deputado Federal, Álvaro Dias, que solicita do DNER, as devidas informações quanto à concorrência desta linha, Campo Mourão-São Paulo.

V. Exa. afirmou que há obrigatoriedade, por lei, de se fazer a licitação.

Mas, em Campo Mourão não se fez.

Mas, Sr. Presidente, uma verdadeira e irrefutável é que há necessidade de se implantar a concorrência que aprimora, que faz evoluir o transporte coletivo do Paraná.

Porque já está provado que onde existe concorrência, as empresas têm oferecido um atendimento mais primoroso.

Por esta razão, é que este Deputado, quando pretende conceder oportunidade aos Diretores de empresa, que tragam informações como o Deputado Alfredo Gulin, pretende aduzir, é porque nós iremos colocar à apreciação da nossa bancada, da Comissão Parlamentar de Inquérito, para tratar do assunto no Paraná.

E também, Sr. Presidente, há necessidade de se debater o assunto que já se encontra nesta Casa.

Um projeto de lei de autoria do Deputado Del Ciel, disciplinando a concessão de transportes coletivos dentro do Estado.

Mas, fica restando o problema inter-estadual e internacional.

Sr. Presidente, terminando, quero apenas lhe dizer que em resposta ao apelo formulado pela Viação Nordeste ao Prefeito de Campo Mourão, ele simplesmente desconversou.

Não teve a audácia, não teve a boa vontade, não teve a sensatez o Sr. Prefeito de Campo Mourão, de protestar junto ao DNER, que o interesse legítimo do empresário do seu município, fosse resguardado, fosse respeitado.

É por isso, Sr. Presidente, que o MDB deverá, desta vez, ganhar as eleições em Campo Mourão, que tem sido tão injustiçada, tão desatendida pelo Poder Público, Estadual, pelo Governo Federal.

E dentre os nossos candidatos naquele município, Sr. Presidente, desponta o companheiro Luiz Gonzaga de Oliveira, como o futuro Prefeito da Cidade Modelo do Paraná.—

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — A Mesa consulta o Líder do MDB, Deputado Muggiati Filho, se usará a hora regimental reservada à sua bancada.

O SR. MUGGIATI FILHO — Não há oradores da bancada que queiram usar o horário destinado à Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Esta Presidência consulta a Liderança da Arena, em Plenário, Deputado Gilberto Carvalho, se usará da palavra.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Declino.

O SR. PRESIDENTE — Tendo declinado, encerro a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

4.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 186/76, de autoria do Poder Executivo, mensagem 148/75, dispondo sobre o **ESTATUTO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ**, para o ensino de primeiro e segundo Graus. Parecer favorável da Comissão Especial, com **SUBSTITUTIVO GERAL** por maioria, e **EMENDA DE PLENÁRIO**, de 3.^a DISCUSSÃO. Em discussão a emenda.

O SR. PRESIDENTE — Em discussão a emenda.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Pela Ordem). Requeiro à Mesa chamada nominal, ou que seja soada a campanha para que os Deputados que se encontram na Casa compareçam ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa fará soar a campanha novamente.

A CAMPAINHA É SOADA

Em discussão a emenda.

Encerrada a discussão. Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam a emenda já votada em

3.^a DISCUSSÃO — queiram conservar-se como estão,

Aprovada por unanimidade.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 104/76, de autoria do Deputado Paulo Camargo, que declara de utilidade pública a **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SANTO INÁCIO DE LOYOLA**, com sede nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. **EM REGIME DE URGÊNCIA.** — Aprovado, artigo por artigo.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 84/76, de autoria do Deputado Quiesel Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo doar ao município de **BOCAIUVA DO SUL**, os bens de propriedade do Estado que compõem a Usina Hidroelétrica de Tunas, entregues à responsabilidade daquele município pela Administração de Recursos Hídricos. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F., C.T.I.C., e da C.O.P.T.C., por unanimidade. **EM REGIME DE URGÊNCIA.** — Aprovado.

PROJETO DE LEI NÚMERO 84/76.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.^o — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao município de Bocaiuva do Sul, os bens de propriedade do Estado que compõem a Usina Hidrelétrica de TUNAS, e que foram entregues à responsabilidade daquele município pela Administração de Recursos Hídricos em 19 de agosto de 1975

e constantes da relação do Setor de Patrimônio daquela Administração.

Art. 2.^o — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de agosto de 1976.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO.

JUSTIFICATIVA:

Os bens e materiais que pretendemos sejam transferidos ao município de Bocaiuva do Sul, são os constantes de levantamento discriminado no documento anexo, elaborado pelo Setor de Patrimônio da Administração de Recursos Hídricos em 19 de agosto de 1975, e que já se encontram sob a responsabilidade daquele município e que compõe a Usina de Tunas.

O material perecível é totalmente inaproveitável. Hoje praticamente útil somente a queda d'água, que, para o município poderá ser aproveitada para eletrificação rural ou a outra finalidade de interesse municipal.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI NÚMERO 84/76

PARECER

O Projeto de Lei 84/76, de autoria do nobre Deputado Quiesel Crisóstomo da Silva, tem por objetivo a doação ao município de Bocaiuva do Sul, dos bens de propriedade do Estado que compõem a Usina Hidrelétrica de Tunas, entregues à responsabilidade daquele município pela Administração de Recursos Hídricos, em 19/08/75.

De acordo com a justificativa que acompanha o processo, os materiais são perecíveis e totalmente inaproveitáveis, ficando sua utilidade restringida exclusivamente para o aproveitamento daquele município.

Sob o aspecto constitucional e legal, nada há que impeça tal doação, e tendo em vista que o aludido material já se encontra sob a responsabilidade daquela comuna, a nossa manifestação é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29 de setembro de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Gilberto Carvalho, Relator.

COMISSÃO DE TERRAS

IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO.

PROJETO DE LEI NÚMERO 84/76.

PARECER

De autoria do ilustre Deputado Quiesel Crisóstomo, o presente projeto de lei visa autorizar o Poder Executivo doar ao município de Bocaiuva do Sul, bens de propriedade do Estado que compõem a Usina Hidrelétrica de Tunas.

A justificação apresentada nos convence da oportunidade da medida.

Por isso o parecer é pela **APROVAÇÃO**.

Sala das Comissões, em 06 de outubro de 1976.

(a) EGON PUDELL, Presidente e Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI NÚMERO 84/76.

PARECER

De autoria do nobre Deputado Quiesel Crisóstomo, o Projeto de Lei 84/76, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a doar ao município de Bocaiuva do Sul, os bens de propriedade do Estado que compõem a Usina Hidrelétrica de Tunas, e entregar à responsabilidade daquele município pela Administração de Recursos Hídricos.

sobre a matéria há hpuve o pronunciamento favorável da douda Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Finanças, temos que a justificativa que o acompanha nos convence da sua oportunidade.

de, razão pela qual opinamos favoravelmente ao projeto em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 1.º de outubro de 1976.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO, Presidente—GILBERTO CARVALHO, Relator.

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES.

PROJETO DE LEI NÚMERO 84/76.

PARECER

Assinado pelo ilustre Deputado Quielse Crisóstomo o projeto de lei em tela visa doar os bens de propriedade do Estado que compõem a Usina Hidrelétrica de Tunas, ao município de Bocaiúva do Sul.

Está plenamente justificada a matéria, por isso o nosso parecer é FAVORÁVEL.

Sala das Comissões, em

(a) ALFREDO GULIN, Presidente e Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Dimas de Abreu.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Felfcio Gemza, ocorrido na cidade de Pato Branco.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, solicitando regime de urgência e inclusão na Ordem do Dia, do Projeto de Lei 110/76.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Gnoatto, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Ministro da Previdência Social, no sentido de que determine a instalação de um posto do INPS nas sedes dos municípios de IPORÃ e FRANCISCO ALVES.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Recursos Humanos, solicitando seja oficiado ao Sr. secretário dos Recursos Humanos, no sentido de que determine seja publicado em Diário Oficial o Parecer 1328/76, a fim de que sejam esclarecidas as dúvidas, sobre a maneira correta de se interpretar o novo texto dado ao art. 181 do Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Sr. Ministro da Educação e Cultura, bem como aos Srs. Secretário de Educação e Cultura, Reitor da Universidade de Ponta Grossa, Prefeitos da Micro-Região de Campos Gerais e aos ilustres Deputados David Federmann e Aguinaldo Pereira Lima, pela colaboração eficiente e vitoriosa para a criação do curso de Engenharia Agrônoma na Universidade Estadual de Ponta Grossa.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, lido da tribuna, solicitando voto de regozijo ao Sr. Alziro Zarur, pela inédita conquista alcançada no setor da Comunicação, ao completar ininterruptamente 33.000 audições do Programa de Rádio "ALZIRO ZARUR"— APROVADO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 2., quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução números: 196/76, 197/76, 198/76 e de Lei número 104/76.
- 2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução números: 100/76, 201/76, 202/76 e de Lei número 107/75.
- 1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução números: 204/76, 205/76 e 206/76.

Levanta-se a sessão.

PORTARIAS:

PORTARIA NÚMERO 564/76,

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 9180, de 15 de outubro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a VALDOMIRA DEMETERCO, matrícula 228, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1975, a partir de 18 de outubro de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 19 de outubro de 1976.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 565/76.

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 9197, de 15 de outubro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a MERCHID BELICH FILHO, matrícula número 267, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, trinta (30) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 13 de outubro de 1976, em prorrogação.

Gabinete da Diretoria Geral, em 19 de outubro de 1976.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 566/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 9146, de 14 de outubro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

designar SERGIO ALBERTO DE POLI, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços na Liderança da "ARENA", junto ao Gabinete do Deputado LUIZ ROBERTO NOGUEIRA SOARES, no período compreendido entre 12 de outubro a 31 de dezembro de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 19 de outubro de 1976.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 567/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 8326m de 23 de setembro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas Pela Portaria 1/76, ao funcionário WALTER J. PEIXER, mat. 136, ocupante do cargo de nível PL 28, da Série de Classes de Técnico de Administração, do Grupo Ocupacional Técnica Administrativa, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 19 de outubro de 1976.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral